

**EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE: REFLEXÕES SOBRE NATUREZA E
QUALIDADE****Amelioene Franco Rezende de Souza¹
Laís Leni Oliveira Lima²**¹Secretaria Municipal de Educação (SME) / amelioene@gmail.com²Universidade Federal de Goiás (UFG/UFJ) / laisleni@gmail.com**Resumo**

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Jataí/GO, possui como objeto de estudo o trabalho docente do professor alfabetizador. Neste artigo aqui apresentado, o objetivo foi compreender a natureza e a especificidade da educação na contemporaneidade. Foi realizado um estudo bibliográfico com referenciais teóricos e conceituais de estudiosos do tema. As análises sobre a natureza e qualidade da educação, revelaram que a educação é um fenômeno social, que ocorre nas interações e mediações pessoais estabelecidas nos vários âmbitos da sociedade, e que qualidade em educação é um conceito histórico que se altera com o tempo e espaço e está intimamente ligado à realidade de determinado contexto social e remete a um conjunto de determinantes. Nesse contexto, reitera-se a relevância da educação, como processo de transmissão dos conhecimentos, o qual não se dá de maneira natural, mas de modo intencional e organizado, para que o aluno possa ter acesso aos conhecimentos clássicos, aos conteúdos previamente determinados e organizados em determinada sequência e dosagem, dentro do espaço escolar.

Palavras-chave: Educação. Natureza. Qualidade.

Introdução

Esta pesquisa é um recorte da dissertação¹ de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Jataí/GO, possui como objeto de estudo o trabalho docente do professor alfabetizador. Neste artigo aqui apresentado, o objetivo é compreender a natureza e a especificidade da educação na contemporaneidade.

Foi realizado um estudo de cunho bibliográfico (referenciais teóricos e conceituais específicos ao tema), por meio de materiais já publicados e as análises estão amparados no método Materialista Histórico Dialético, que, por sua vez, apreende o real a partir de suas contradições e leva em consideração as relações e as mediações que interferem na realidade.

A importância dessa temática justifica-se por se tratar de uma questão de fundamental

¹ Maiores aprofundamentos sobre o tema, ver: SOUZA, Amelioene Franco Rezende de. **Trabalho docente no contexto da alfabetização: concepções e possibilidades**, 2019. 191p., Educação – Universidade Federal de Jataí (UFJ), Jataí-Go, 2019,

relevância para todos os educadores, uma vez que a educação, em sua natureza e especificidade, está diretamente relacionada ao desenvolvimento humano, por meio do qual o homem alcança seus atributos fundamentais ao longo do processo histórico social, alcançando assim as constituições do seu corpo inorgânico.

De igual modo, ao tratar sobre a qualidade da educação, podemos avançar na compreensão de que, qualidade educacional não se restringe aos resultados de avaliações quantitativas, nem mesmo ao crescimento de vagas nas escolas; trata-se de um conceito que possui diferentes significações e admite uma variedade de interpretações dependendo dos interesses envolvidos.

A natureza da educação

Para compreender a natureza da educação, faz-se necessário inicialmente considerar que vivemos em uma sociedade desigual, que se sustêm sobre a lógica da exploração do homem pelo homem, em que as relações se emolduram às ordens do mercado de trabalho, às exigências do “desenvolvimento” e às cobranças da industrialização. Nessa lógica desumana e impostora, até mesmo o trabalho, em sua essência, foi historicamente sendo mudado, ocasionando outras mudanças na sociedade, amoldando inclusive a educação, a escola e o trabalho docente. Para Marx (2013, p. 120), o trabalho é “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

Marx (1993) lembra que o homem é um ser natural porque foi criado pela natureza e está submetido às leis naturais e porque depende da natureza para sobreviver, mas ele também difere da natureza, pois usa da natureza para transformá-la segundo suas necessidades e é por esse processo, chamado trabalho, que ele se humaniza. O trabalho é então uma atividade ontológica humanizadora, que distingue o homem dos animais, e que por meio dessa atividade o homem transforma a si mesmo e a natureza exterior. O trabalho é a ação do homem sobre a natureza para transformá-la. Entretanto, a economia nacional tem distorcido e abstraído a essência dessa atividade humana, reduzindo-a ao conceito de coisa, de mercadoria, cuja “finalidade é a mera ampliação da riqueza – é pernicioso, funesto” (Marx, 1993, p. 29-30).

Nessa abstração, o homem é diminuído à mercadoria e, segundo Marx (1993, p. 24),

se a oferta é muito maior que a procura, então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome. A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria.

Se o trabalho é definido como coisa e o trabalhador em mercadoria, conseqüentemente outros processos são alterados, e até mesmo o ser humano vai perdendo sua essência e esvaziando-se em seu caráter. Nesse processo, o trabalho humano historicamente vai sendo moldado, à medida que o modo de produção capitalista determina. Assim, é o modo de produção da vida material que condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual, sendo que a base da sociedade, assim como a característica peculiar do homem, está no trabalho. Andery (1988, p.409) afirma que:

É do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade e faz a história. O trabalho torna-se categoria essencial que lhe permite não apenas explicar o mundo e a sociedade, o passado e a constituição do homem, como lhe permite antever o futuro e propor uma prática transformadora ao homem, propor-lhe como tarefa construir uma nova sociedade.

Essa transformação da sociedade não é espontânea, harmônica ou linear, mas é conseqüência das contradições criadas dentro dela, é fruto das ações dos próprios homens e se dá por meio dos antagonismos e conflitos. Lima (2010) afirma que o trabalho caracteriza o homem e o faz relacionar com outros humanos e com a natureza, levando-o a modificar-se assim mesmo e o mundo no qual vive. Entretanto, esse trabalho, tem sido alterado pela formação do capital que o transforma em degradação, alienação e estranhamento, pois o transporta para ser um mero supridor de necessidades e é apresentado como propriedade alheia. Nesse sentido, Marx (1993, p. 159 *apud* Lima, 2010, p. 31) afirma que:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção directa e desvalorização do mundo dos homens.

Assim, na sociedade capitalista, o mundo das coisas é mais valorizado e o fruto do árduo trabalho se torna mais importante que o próprio trabalhador, que produz riquezas e bens não para ele nem para sua subsistência, mas para o fortalecimento do sistema capitalista, que

visa acima de tudo o lucro e a acumulação de bens.

Para Martins (2012), é por meio do trabalho que o homem garante a sua existência e de toda sociedade na qual está inserido. Mas a atividade do homem na transformação da natureza por meio do trabalho não é casual, ela ocorre devido a um “projeto ideal”, que, mesmo não sendo algo concreto, regula e determina as ações. É justamente essa idealização, essa “dimensão teleológica” que distingue a atividade humana das demais formas de atividade não humana. Dessa forma, a ação humana pressupõe a consciência da finalidade que antecede a transformação da realidade social ou natural. Por ser assim, “a atividade vital humana é ação material, consciente e objetiva, ou seja: é *práxis*” (Martins, 2012, p. 51). É por meio da *práxis* que o homem pode transformar a matéria em ideia e a ideia em matéria, e superar os seus limites biológicos. Para Martins (2012, p. 51):

O homem, ao romper com as barreiras biológicas de sua espécie, rompe também a fusão (animal) necessidade-objeto, e o mundo e ele próprio lhe surgem como objetos. É na base desse rompimento que se desenvolvem novas funções cognitivas como o pensamento e o raciocínio, condições para a pré-ideação, para a intencionalidade, para o ser consciente.

Entendida como atividade humana transformadora da natureza e da sociedade, tendo a teoria como guia da ação, a *práxis* é fundamental na atividade educativa. Para Fernandes (2013), a *práxis* se dá pelas ações teleológicas que transformam a consciência de outros homens, assim, “o resultado do trabalho educativo é a transformação da consciência e da personalidade do educando. O **objeto do trabalho educativo** são as relações sociais e não um produto” (p. 6, grifos do autor).

É nesse momento que a discussão sobre a natureza da educação adquire importância, e, de forma genérica, podemos concordar que a educação se dá “na relação dos seres humanos entre si e com a natureza, pela satisfação de suas necessidades, cada vez mais numerosas e complexas, no âmbito material e não material” (Saviani, N. 2012, p. 59).

Para Martins (2012), a educação é um processo relacionado ao desenvolvimento humano, por meio do qual o homem alcança seus atributos fundamentais. A educação diz respeito ao “corpo inorgânico”, que são as objetivações construídas e apropriadas socialmente devido às exigências da própria humanização.

Por se dar nas relações sociais, a educação constitui-se como a “manifestação

específica da ação social do homem, voltada para a formação da personalidade humana em seus múltiplos aspectos. É um fenômeno social historicamente determinado, compreendendo relações sociais e formas de comportamento social” (Saviani, N. 2012, p. 59). Dessa forma, entende-se que a essência humana se dá por meio do trabalho, que ao longo do tempo de aprimora. Da mesma forma, compreendemos que a educação é um fenômeno social, que ocorre nas interações e mediações pessoais estabelecidas nos vários âmbitos da sociedade.

Ao escrever sobre a natureza da educação, Saviani (2013) apresenta-a como um fenômeno próprio dos seres humanos. Para o autor, no processo de produção da existência humana, para garantir sua subsistência material, o homem produz o “trabalho material”. No entanto, para que haja a produção material, o homem antecipa seus objetivos reais em ideias, ou seja, é o trabalho “não-material”, cujo produto não se separa do ato de produção, que diz respeito aos conceitos, valores, símbolos, habilidades, atitudes e hábitos imprescindíveis à formação do homem, “na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens” (Saviani, 2013, p. 20).

O trabalho não material se divide em duas categorias; na primeira o produto se separa do produtor e há um intervalo entre a produção e o consumo; na segunda, o produto não se separa do ato de produção, e este ocorre simultaneamente ao ato do consumo. Assim, a educação situa-se justamente na segunda modalidade do trabalho não material (Saviani, 2013).

É partindo dessas premissas que Lima (2010, p. 78) esclarece que “para se compreender o trabalho em educação e a concepção de trabalho docente, faz-se necessário caracterizá-los como trabalho, constituído como atividade humana em processo de construção histórica”. O trabalho docente é, pois, uma atividade humana que está relacionada com a educação institucionalizada.

No que concerne à educação escolar, Saviani N. (2012) afirma que a mesma é a “manifestação da educação no sentido amplo”, é uma esfera da atividade humana que tem por objetivo principal o ensino. Assim, o ensino não pode ser espontâneo, é necessário que ele seja um “processo consciente, deliberado, sistemático e metódico, voltado para uma dupla função: servir como fonte de informação e contribuir para organizar a atividade cognoscitiva dos estudantes” (p. 61).

É na escola que o trabalho docente ganha significado, lugar onde o professor, sujeito da história, deverá agir conscientemente para garantir que outros também tenham acesso à cultura

humana historicamente acumulada. Nas palavras de Saviani (2013, p. 13),

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tomem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

Assim, entendemos que é por meio do trabalho educativo que o homem é transformado em ser humano e tem acesso a todo saber que fora produzido pela humanidade ao longo da história. Com esse saber, o homem então será capaz de viver e transformar o meiosocial no qual está inserido. Compreendemos a importância do trabalho do professor, especialmente do alfabetizador, para a formação dos indivíduos que ao serem humanizados estarão instrumentalizados para agir e transformar seu meio social.

Dessa forma, percebe-se que o desenvolvimento socioeconômico gera, nos mais variados setores, inclusive na educação, consideráveis mudanças, de tal modo que afeta até mesmo o trabalho do professor, que, como no caso mencionado, precisa “adaptar” esses alunos a uma nova realidade. Nesse sentido, é preciso ter consciência de que, embora a expansão da escolarização seja algo que mereça ser comemorado, é necessário levar em consideração as inúmeras alterações que esse alargamento da rede escolar provoca. Uma das mudanças refere-se à formação e atuação dos professores.

Por conta da necessidade de um maior contingente de educadores, ocorre o rebaixamento das exigências para entrada na profissão e para a qualificação necessária. A intensificação e complexificação do trabalho, a diversificação das funções e o mal-estar profissional são alguns dos problemas mapeados, os quais acabam por reforçar a perda da identidade e profissionalidade dos mesmos (Lelis, 2012).

Historicamente, a educação escolar era destinada à minoria da população. A partir de 1990, essa realidade foi sendo aos poucos modificada, por conta da “democratização” de vagas, que foi se constituindo aos poucos como uma realidade em nosso país. A ampliação do número de escolas aos que não eram da elite evidenciou a importância de agora se pensar na democratização da qualidade da educação que é ofertada aos que antes eram marginalizados do processo educacional, e esse, sim, constitui-se o maior desafio educacional de nossos dias. Sabe-se que com a expansão comercial e industrial a educação passa a ser um bem necessário,

já que para ocupar as vagas do mercado de trabalho formal era preciso ao menos saber ler, escrever e contar, e dessa forma manusear as máquinas e “sobreviver” no mercado de trabalho que se expandia.

A qualidade da educação: conceitos e definições

Pode-se considerar que o advento de expansão da educação escolar foi um “avanço quantitativo”, mas também um indicativo da necessidade do “avanço qualitativo”. A produtividade e eficiência passaram a reger os currículos escolares, consolidando cada vez mais o dualismo escolar e historicamente estabelecido em nosso país.

Ora, é importante destacar que, quando tratamos sobre qualidade na educação, precisamos levar em consideração que tal conceito foi sendo historicamente construído e “ressignificado”, interagindo com aspectos extra e intraescolares. Dessa forma, Dourado e Oliveira (2009, p. 202) afirmam que a qualidade na educação precisa ser analisada em uma perspectiva polissêmica, “em que a concepção de mundo, de sociedade e de educação evidencia e define os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis de um processo educativo de qualidade social”. Assim, para os autores, a discussão sobre qualidade educacional deveria iniciar com a compreensão do que se entende por educação e com o conhecimento da função social da escola, que deve ser concebida como um espaço de produção e disseminação do saber sistemático e elaborado, construído historicamente pela humanidade.

Sabendo que qualidade em educação é um conceito histórico que se altera com o tempo e espaço e está intimamente ligado à realidade de determinado contexto social e remete a um conjunto de determinantes. Para falar em qualidade na educação é preciso levar em consideração os inúmeros fenômenos que corroboram ou não para que a mesma se efetive. Sobre o assunto, Dourado, Oliveira e Santos (*apud* Dourado; Oliveira, 2009, p. 2015) lembram:

Qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem; nem, muito menos, pode ser apreendido sem tais insumos. Em outros termos, a qualidade da educação envolve dimensões extra e intraescolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem

direta ou indiretamente nos resultados educativos.

Nota-se a complexidade de se afirmar que determinada educação é de qualidade ou não. Não se refere à quantidade de insumos ou de recursos disponíveis, haja vista que pode ocorrer de se ter todas as condições favoráveis para que um ensino de qualidade seja ofertado, porém, isso se inviabiliza se, por exemplo, a escola deixar de priorizar sua função prioritária de transmitir o saber. Por outro lado, em lugares que talvez não haja tantos recursos materiais, instrumentos pedagógicos e condições favoráveis, a educação de qualidade pode de fato acontecer. Com essa afirmação, estamos legitimando o discurso de que, se o professor quiser, em condições mínimas, ele pode oportunizar uma educação de qualidade, como se tem colocado nas mídias? De maneira nenhuma. O que queremos polemizar e compreender é que tudo está relacionado com o que se entende por educação e a prioridade que esta recebe nas escolas. Está relacionado com o entendimento de que todas as questões que estão dentro da escola e fora dela corroboram ou não para que o ensino de qualidade aconteça.

Ter uma educação de qualidade implica na consolidação de programas de formação inicial e continuada, na melhoria no plano de carreira dos professores, na consolidação de uma gestão democrática, no aumento de recursos destinados à educação, dentre outros aspectos que devem estar vinculados à concepção de homem e de sociedade que se deseja construir (Dourado; Oliveira, 2009).

Em se tratando de qualidade da educação, não se pode perder de vista as diferentes concepções de qualidade, sendo que tais concepções estão sujeitas a uma série de fatores, tais como valores, ideais mercadológicos e políticos, ideologias, entre outros. O que tem ocorrido é que o discurso da qualidade em educação tem sido sinônimo de eficiência e eficácia, as quais são mensuradas e atestadas por meio de avaliações que demonstram claramente a ideologia de mercado.

Dourado, Oliveira e Santos (2007) ressaltam que fatores intra e extraescolares podem interferir e definir na qualidade da educação. A dimensão extraescolar diz respeito ao espaço social e as obrigações do Estado. O primeiro está relacionado com aspectos socioeconômicos e culturais dos envolvidos, além de dizer respeito a como se dá a implantação de políticas públicas e projetos escolares voltados para problemáticas como as drogas, fome, violência, dentre outros. Também se relaciona em como a escola e a gestão da mesma lida com as questões de heterogeneidade e identidade individual dos sujeitos, bem como ao engajamento da escola para que ocorra a permanência e aprendizado dos alunos na escola. O segundo aspecto, pertinente

às obrigações do Estado, está relacionado com a garantia por parte dele para viabilizar o acesso e permanência na escola e à obrigatoriedade da Educação Básica. Sobre a dimensão intra escolar, os autores a descrevem em quatro planos: *O plano do sistema*, que se refere à garantia de instalações adequadas e ambiente escolar propício para as atividades de ensino, recreação, lazer, leitura, cultura, entre outros; *plano de escola*, que refere-se à gestão e organização de todo trabalho escolar tendo em vista a garantia da aprendizagem dos alunos; *plano do professor*, que refere-se, dentre várias questões, à formação, profissionalização e ação pedagógica, no que diz respeito à qualificação/titulação adequada para o exercício da profissão; *plano do aluno*, que refere-se ao acesso, permanência e desempenho escolar dos estudantes e ao desenvolvimento positivo do processo de ensino-aprendizagem.

Dentro de cada um desses planos, estão embutidos inúmeros aspectos e características fundamentais para a construção de uma educação e escola de qualidade social. E aqui cabe destacar que, conforme Dourado e Oliveira (2009, p. 207) mencionam:

é fundamental estabelecer a definição de dimensões, fatores e condições de qualidade a serem considerados como referência analítica e política no tocante à melhoria do processo educativo e, também, à consolidação de mecanismos de controle social da produção, à implantação e monitoramento de políticas educacionais e de seus resultados, visando produzir uma escola de qualidade socialmente referenciada.

Com essa compreensão, entende-se que a qualidade socialmente referenciada também não diz respeito apenas aos “resultados” mensurados pelas avaliações e indicadores, “que toma os ‘resultados’ isoladamente, descolados da realidade que os produziram, sendo apresentados como fetiche” (Shiroma; Evangelista, 2011, p. 144). São resultados fetichizados porque não revelam a essência contida nos números e tampouco o real conhecimento do aluno e o empenho do professor. Aliás, por conta da “qualidade” que é mensurada pelas avaliações externas pautadas em índices quantitativos, o professor tem sido culpado e cobrado a apresentar resultados que interfiram positivamente nos indicadores. Sobre esse assunto, Shiroma e Evangelista (2015, p. 328) afirmam:

A avaliação externa é uma forma astuta de formação, indução e estratégia de gestão. Em decorrência da avaliação, metas são traçadas, prioridades definidas e professores monitorados. São cobrados a apresentar melhores resultados, não apenas nos discursos, mas pelo impacto que os indicadores educacionais

exercem em suas carreiras e remuneração. A meritocracia, a avaliação de desempenho e a política de bonificação vigente em alguns estados promovem o fim da isonomia salarial entre os docentes e a quebra da solidariedade no magistério e têm em vista inibir sua organização sindical. Dessa forma, a comparação de resultados é adotada como ardilosa ferramenta de governo na educação que mescla controle externo e interno, tendo em vista estreitar o campo de decisões dos professores, ao mesmo tempo que sua autonomia é discursivamente reiterada.

Diante de todas essas considerações, é preciso ter clareza de que qualidade em educação possui diferentes significações e admite uma variedade de interpretações dependendo dos interesses envolvidos.

Considerações finais

Analisar a educação é por certo, reconhecer a importância da sua essência em uma sociedade permeada por contradições. Vivemos em sociedade desigual, em que a exclusão social é uma fatalidade; uma sociedade que se sustém sobre a lógica da exploração do homem pelo homem, e que é caracterizada por relações que se emolduram às ordens do mercado de trabalho, às exigências do “desenvolvimento” e às cobranças da industrialização.

Com a pesquisa, foi possível compreender a natureza da educação e o que se pode compreender por qualidade em educação. Vimos que as inúmeras questões que envolvem uma educação de qualidade social, não se restringe a resultados de avaliações quantitativas nem tampouco se limita a ser sinônimo de crescimento de vagas nas escolas.

Referências

ANDERY, Maria Amalia. **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Gramond, 1988.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215

DOURADO, Luiz Fernandes; SANTOS, Catarina de Almeida. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Série Documental**: Textos para Discussão, Brasília, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

FERNANDES, Luciete Valota. O trabalho docente à luz da perspectiva materialista-histórica. In: 36ª Reunião Nacional da ANPED - Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: Desafios para as Políticas Educacionais, 2013, Goiânia. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada.

LELIS, Isabel. O trabalho docente na escola de massa: desafios e perspectivas. **Sociologias**, v. 14, n. 29, p. 152-174.

LIMA, Laís Leni Oliveira. **As muitas faces do trabalho que se realiza na educação infantil**. 2010. 261 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MARTINS, Lígia Márcia. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. In: DUARTE, N. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 53-73.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Textos filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Pensar a educação: contribuições de Vygotsky. In: CASTORINA, José Antônio; FERREIRO, Emilia; LERNER, Delia; OLIVEIRA, Marta Kohl. (Org.). **Piaget e Vygotsky**: novas contribuições para o debate. Ática: São Paulo, 1996. p. 51-83.0

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11.ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, p. 89, jul./dez. 2015.